

ESCRavidÃO EM SANT'ANA DE PARANAÍBA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA*

FARIAS, Julice de Souza**

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para história. (BENJAMIN, 1985, 20).

Introdução

Este texto traz a proposta de uma análise da escravidão e da resistência em Sant'Ana de Paranaíba, no sul mato-grossense, com enfoque para o século XIX. Num primeiro momento, objetiva-se apresentar um breve histórico da Vila de Paranaíba e as relações que eram estabelecidas no período delimitado pela pesquisa.

Sendo assim, buscamos referenciais que discorrem sobre a temática da região, norteando possíveis respostas das indagações da pesquisa, na perspectiva de analisar de que modo se dava a vida dos escravos, o trabalho, a cultura, o refúgio, formas de resistência, dentre outras relações.

Desse modo, esse trabalho busca salientar as relações sociais e de trabalho vivenciadas nesse período, indagando de que maneira ocorriam e atentando para as práticas de organização e de resistência, evidenciadas nas ações desses sujeitos que vivenciaram a condição de escravos de outros homens e mulheres.

Sant'Ana de Paranaíba: breve histórico

A cidade de Paranaíba, antiga Sant'Ana de Paranaíba, está localizada na região leste do estado de Mato Grosso do Sul, no antigo sul de Mato Grosso. O memorialista Hidebrando Campestrini ao discorrer sobre a história de Paranaíba nos relata que essa região

* Este texto é parte da pesquisa de iniciação científica voluntária, PIBIC/UFMS, intitulada “Escravidão, resistência e cultura em Sant'Ana de Paranaíba: uma análise das relações estabelecidas entre escravos e senhores no sul de Mato Grosso”, desenvolvida entre o período de agosto de 2009 a julho de 2010, sob orientação da Profa. Dra. Maria Celma Borges.

** Acadêmica do 5º Semestre do Curso de História, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS-CPTL.

era povoada por índios caiapós que foram dizimados pelos monçoeiros e bandeirantes no processo de ocupação. (CAMPESTRINI, 1994, p.20).

Vale ressaltar que por volta do século XIX, a região foi povoada, como consta da historiografia regional, pela família Garcia Leal, tendo como membros Joaquim, José, João, dentre outros. José Garcia Leal possuía uma fazenda onde criava gados. Cimó (2004) ao discorrer sobre os sertões dos Garcia, faz referências contidas nos relatórios de presidentes de províncias do Mato Grosso de que a criação de gado intensificou-se por volta de 1840, entretanto no Brasil intensificou em 1850. Há relatos que nesse período nos grandes centros como, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo, o auge era a economia cafeeira. Desse modo, a economia mato-grossense acabava por ser comprometida, uma vez que ficava distante dos mercados consumidores, propiciando uma vantagem para Minas Gerais e São Paulo. Assim, percebemos de fato que a pecuária ficaria em segundo plano: Cimó contribui para se pensar as mudanças efetivas ocasionadas em 1850 ao dizer:

A década de 1850 constitui efetivamente, como se sabe, um período de várias e importantes transformações econômicas no Brasil, ligadas ao fim do tráfico de escravos. Entre outras coisas, a cessação desse tráfico levou ao aumento dos preços da mão-de-obra escrava e impulsionou a lavoura cafeeira. (2004, p.24).

Campestrini salienta que por volta de 1850 nas relações de bens que José Garcia Leal deixou registrado, havia a presença de trabalhadores escravizados que por vezes “labutaram enfiados nos engenhos”.(1994, p.229).

Conforme podemos observar nas leituras referentes à cidade de Paranaíba, há relatos de que José Garcia Leal doou as suas posses a seus filhos, trabalhadores feitorizados. Desse modo, para manter o aumento da produção e a permanência de seu *status quo* “mandou dois filhos especialmente à Província do Rio de Janeiro para compra de escravos”. (CAMPESTRINI, 1994, p. 119).

A historiadora Zilda Moura ao tratar da escravidão em Sant’Ana de Paranaíba em sua obra “Cativos nas terras dos pantanais”, discute a questão das cartas de liberdade:

[...] de acordo com as Ordenações Filipinas, livro IV, título LXIII, as ‘Cartas de Liberdade’, podiam ser revogadas pelos escravistas, a qualquer tempo, por vários motivos, inclusive, PR “ingratidão”. Essa determinação foi revogada pelo regulamento da lei nº2040, de 28 de setembro de 1871, que no parágrafo 9º determinava: Frisa derogada a Ord. Livro 4º, título 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão. (REVISTA do Arquivo Público de Mato Grosso- Cuiába, v.1, n.4, set.87/mar. p. 64 *apud* MOURA, 2008, p.233).

Assim, notamos de que forma os escravistas interferiam na atribuição da alforria e na retirada da tão sonhada liberdade dos escravos. Percebemos como era utilizado o poder de

negociar a liberdade dos cativos, fazendo com que os mesmos buscassem agir, por vezes, por meio da “passividade”, na tentativa de conquistar a liberdade. Não se nega que os escravos se rebelavam em busca de sua liberdade, desse modo há indícios de processos-crimes que retratam o ato de colocar veneno na alimentação de seus senhores, com o intento de alcançar o mais breve possível o que almejavam.

Hidebrando Campestrini registrou quem em 1836, o padre Francisco de Sales Souza Fleury chegou a Sant’Ana de Paranaíba. Neste mesmo ano, ao pesquisarmos a coletânea “Como se de ventre livre nascido fosse”, há um documento de “permutação de liberdade”,¹ que evidencia o então Padre Francisco Sales de Souza Fleury propiciando a liberdade da cativa Joaquina, todavia este padre concede a liberdade condicional à ex-cativa somente para que a escrava possa prestar serviços a outros e não a ele. Ou seja, Joaquina continuaria sendo sua escrava. O padre alegava que em caso de sua morte deixaria seus bens a Joaquina, como forma de gratidão. Assim, podemos observar essa questão no fragmento

¹ Livro de Notas de nº02; ano 1865 – Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba.

Lançamento de um papel de permutação de liberdade, passado pelo padre Francisco de Sales Sousa Fleury a sua escrava Joaquina como abaixo se declara.

Saibam quantos o presente instrumento de lançamento de documentos e papéis de liberdade virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e cinco, aos dezoito dias do mês de dezembro do dito ano, nesta vila de Sant’Anna do Paranaíba, em casa de meu escritório compareceu Joaquina liberta do reverendo padre Francisco de Sales de Sousa, pessoas conhecidas pelas próprias de mim, tabelião, aí por ela, com e digo, Joaquina me foi entregue um papel e pediu-me que em razão de meu ofício, o lançasse em Notas, cujo papel aceitei para o dito fim, e passando a fazer a leitura do mesmo, vi que é feito e assinado pelo dito reverendo, o qual é do teor seguinte: Digo eu o padre Francisco de Sales Sousa Fleury, abaixo assinado, que tendo libertado a minha escrava Joaquina, em data de trinta e um de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e oito, com a condição somente de não vencer jornais no caso que quisesse ficar permanecendo em minha companhia, em compensação do sustento e vestuário para si e para seus filhos libertos e menores de Vicência para baixo até o ultimo de nome Marcelo; mas considerando melhor, e tendo em atenção os bons serviços que em todo tempo me tem prestado, e fiel companhia que tem feito, hei por bem estipular-lhe dessa data de trinta e um de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e oito, por diante, o salário de oitenta mil reis anuais que lhe serão pagos no valor da chácara e casas de minha residência nesta vila, cujo terreno se circunscreve entre os dois vales que se divide com Aroeira, o Ovalto do pastinho, além do laranjal em linha até o córrego, reservando-me o uso do fruto em quanto eu viver, ou durante a minha residência neste lugar; e no caso que eu faleça ou me transporte antes que o salário dito preencha o valor da chácara e casas, é muito de minha livre vontade, e em remuneração de seus bons serviços, fazer-lhe doação do que faltar para preenchimento do valor em que for louvada a dita chácara que de hoje em diante lhe fica pertencendo com jus ad-rem, e verificando-se os ditos dois casos, com jus em-re, pelo domínio e senhorio. E para constar passo o presente que assigno. Sant’Anna, assinado padre Francisco de Sales Sousa. Estava o selo número um réis duzentos réis pagou de selo. O coletor Dias, nada mais continha em o dito papel que me reporto e do fé. E em fé de verdade assino. Eu Justiniano Augusto de Sales Fleury. Tabelião interino que escrevi e assinei.

Custo=Grátis

Justiniano Augusto de Salles Fleury.

quando justifica o porque de deixar seus bens devido aos: “bons serviços que em todo o tempo me tem prestado e fiel companhia que tem me feito(...)”¹

Considerações preliminares

No seu trabalho, o historiador não parte dos fatos, mas dos materiais históricos, das fontes, no sentido mais extenso deste termo, com a ajuda dos quais constrói o que chamamos fatos históricos. Constrói-os na medida em que seleciona os materiais disponíveis em função de um certo critério de valor, como na medida em que os articula, conferindo-lhes a forma de acontecimentos históricos. Assim, a despeito das aparências e das convicções correntes, os fatos históricos não são um ponto de partida, mas um fim, um resultado. Por conseguinte, não há nada de espantoso em que os mesmos materiais semelhantes nisto a uma matéria-prima, a uma substância bruta, sirvam para construções diferentes. E é aí que intervém toda a gama das manifestações do fator subjetivo: desde o saber efetivo do sujeito sobre a sociedade até as determinações sociais mais diversas. (SCHAFF, 1978, p.45).

O negro escravizado foi indispensável na instalação do sistema colonial em todo o Mato Grosso, mantendo a sua importância também durante o Império. Já por volta de 1752, Antônio Rolim de Moura, capitão general de Mato Grosso, atentava para a necessidade de utilizar o braço dos cativos nessa Capitania. Desse modo, percebemos essa questão em sua correspondência enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado quando salientou:

[...] É circunstância essencial à introdução de negros, pois Vossa Excelência sabe muito bem, os braços, sem eles, em toda parte da América, e principalmente em Minas quase se pode dizer que são inúteis. Além da utilidade que fazem aos comboeiros remando-lhes as canoas, e sendo ao depois aqui a fazenda de menor saída, também a concorrência deles nos livrará a ambos de bastante cuidado, evitando a traficância, e violência que exercitam os ditos comboeiros com os índios, servindo-se do pretexto de não terem pretos para lhe remarem. (ROLIM, 1982, p.122-23).

Nota-se a partir desse trecho, retirado das correspondências de Antônio Rolim de Moura, de que modo os escravos eram utilizados nas tarefas mais árduas do trabalho, sendo por vezes destinados a labutar nos engenhos para os senhores, cuidar de gado, da agricultura, dentre outras tarefas que eram incumbidos de realizar.

Conforme observamos na leitura de Aleixo (1984), muitas mercadorias circulavam no mercado mato-grossense, realçando assim a intensificação da Província em produzir para exportar e importar as mercadorias. Essa circulação já se fazia necessária, para

que a circulação da economia nacional atingisse outras localidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, com a finalidade de obter maiores lucros sobre o capital investido.

Queiroz (2004), ao fazer referência a Lucídio, frisa que a economia que predominava na região mato-grossense no contexto do século XIX era a pecuária, ressaltando que esse processo de integrar o Mato Grosso ao mercado nacional foi um marco significativo, de modo a considerar:

A instalação de fazendas de gado no seu planalto sulino, a fundação do povoado de Santana do Paranaíba, a abertura da estrada do Piquiri, e o povoamento do sul e sudoeste goiano, facilitou e estimulou a integração de toda a Província ao mercado interno em formação, através de um novo produto – o gado. A partir de então o gado pantaneiro (vindo dos pantanais) e o franqueiro (criado no planalto sulino) lentamente começam a subir as encostas do Planalto Brasileiro e, ganhando as estradas carreteiras e boiadeiras – via Goiás ou o recém-surgido povoado de Santana – chegavam ao Triângulo Mineiro, daí sendo redistribuídos para os mercados de S. Paulo, Rio de Janeiro e até a Bahia (LUCIDIO, apud QUEIROZ, 2004, p. 247).

Na região de Cuiabá, norte de Mato Grosso, o predomínio da economia mato-grossense voltada para as minas, plantações de cana-de-açúcar e as atividades urbanas, fez com que a sociedade se organizasse de dois modos: a começar pelo trabalho escravo e livre. Em Mato Grosso, especificamente nessa região, utilizava-se o escravo de maneira que realçasse o plano econômico que estava por trás, “cujo objetivo era suprir a as demandas da exploração aurífera de grande interesse para Portugal”. (ALEIXO, 1984, p.18).

Isso nos permite analisar a articulação mato-grossense em torno da economia escravista e a utilização da mão-de-obra do cativo em diferentes atividades, compreendendo a historiografia brasileira que trabalha a escravidão, e nos propondo a analisar a historiografia da região, apurando por meio de estudos a questão dos negros escravizados em Mato Grosso, com o olhar, nesse momento, para o sul da Província.

O trabalho do homem livre se dava intrinsecamente ao trabalho dos escravos, em terras do Sul de Mato Grosso, dessa forma a situação do pobre livre no contexto da ordem escravocrata, era por vezes pior que a do escravo, na medida em que tinha o desejo de uma suposta “liberdade”. Já o pobre livre era submetido ao domínio pessoal, “ao não ser possível a descoberta de que sua vontade estava presa a do senhor”. (FRANCO, 1997, p.88).

Todavia, chamando a atenção para a interação entre pobres livres e escravos, ressalta Aleixo que o homem livre chegou a “desempenhar as funções de capataz, de administrador, servindo tanto no transporte, quanto na produção. A mesma chega arrolar que o homem livre foi o elemento básico no mecanismo de *controle e repressão* do escravo”. (1984, p.52).

Isso nos permite analisar as relações de trabalho em terras sul-mato-grossenses mato-grossense no que compete a escravidão, buscando uma maior compreensão desta problemática na historiografia brasileira, a fim de que a mesma possa nos propiciar a análise da historiografia da região, apurando nesses estudos a questão dos negros escravizados em Mato Grosso.

Segundo Aleixo (1984), aos escravos eram destinados quaisquer tipo de trabalho. Frisa ainda que ao homem livre competia o setor da produção e pastoril, pois seria mais difícil manter a mão-de-obra escravizada, entretanto a criação de gado, a lavoura e a mineração ficavam também sobre responsabilidade dos escravos.

Não podemos deixar de arrolar ainda as questões que bem levantou Volpato (1993) ao estudar a escravidão em Cuiabá. A mesma discute que nos meados do século XIX, particularmente nas últimas décadas, “os cuiabanos assistiam com intensa expectativa às transformações, pois chegam até o centro-sul notícias de progresso”. (1993, p.16).

Conforme Volpato, foi exatamente nesse bojo de transformações que a escravidão foi:

[...] posta em xeque, aflorando questões de difícil solução para a região: a escravidão não era mais a forma de trabalho adequada e deveria ser substituída; a mão-de-obra do trabalhador livre e pobre era desprezível, e a Província não tinha como obter o trabalhador ideal.(1993, p.16).

Nesta pesquisa, Volpato debruçou-se no estudo do cotidiano das pessoas que vivenciaram este período, no caso, os escravos, relatando as formas de relação entre o senhor e o escravo, com o intento de desmistificar a sua ação como a de uma figura anônima, traçando as lutas vividas cotidianamente para tornarem suas vidas menos desprezíveis.

Embora a autora discuta a cidade de Cuiabá, refletimos que, por vezes, tais leituras contribuem para que se pense a problemática específica da pesquisa. Não se isenta a possibilidade de ler os sujeitos, homens e mulheres, que escreveram a história do seu tempo e lugar em busca do bojo de tais transformações. E é isto o que essa pesquisa objetiva.

Aleixo (1984), em sua obra, ao tratar o trabalho escravo e livre em Mato Grosso, discute que foi devido a “Guerra com o Paraguai que se abriu a economia mercantil, através da exploração da erva-mate e da criação de gado, criando espaço para o aproveitamento do trabalhador livre”.(1984, p.80).

Campestrini, ao discorrer sobre as memórias de Sant`Ana de Paranaíba, observa a realização, em Agosto de 1872, de um censo nacional que apurou dados sobre o sul de Mato Grosso e, concomitantemente, sobre essa região. Conforme esse autor:

Os dados demonstram que neste período a sociedade estava constituída de 838 brancos, 692 negros, 1.610 mulatos, 94 caboclos; e a população livre era de 2.880 pessoas e a escrava, de 354; havia 100 estrangeiros (todos africanos, dentre eles 34 escravos).(1994, p.101)

Campestrini, por intermédio do censo de 1890 realizado sobre a Vila de Sant`Ana de Paranaíba, entre outras Freguesias, chamou a atenção para o fato de que: “havia 4.947 habitantes sendo eles seis estrangeiros, divididos em 2.586 brancos, 526 negros, 1.660 mulatos e 175 cablocos”. (1994, p.101).

Esses fatores, de certo modo, contribuiram para as modificações ocorridas no século XIX. Aleixo, por meio de tabelas, evidenciou que no ano de 1875, os escravos de Sant`Ana do Paranaíba, foram avaliados por quantia superior a seu valor real.

1875	SEXO	IDADE 17 a 25	IDADE 26 a 35	IDADE 36 a 45	IDADE 46 a 55
Valor Real	M	1:200- 800S 000	1:000- 800S 000	800- 600S 000	600- 400S 000
	F	1:200- 1:100S 000	1:100- 800S 000	800- 600S 000	600-400S 000
Valor da Avaliação	M	1:600- 1:400S 000	1:200- 1:000S 000	1:600- 1:200S 000	900-800S 000
	F	1:500- 1:400S 000	1:200- 1:000S 000	1:500- 1:100S 000	800-700S 000

Tabela retirada de ALEIXO, Lúcia H. G. Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre (1850-1889). Brasília: Alvorada, 1984. Tabela elaborada a partir de dados coligados de Inventários, Livro de Notas Especiais de Escritura de Aquisição de Escravos, Anúncios de Jornais do período citado e Relação dos escravos que foram avaliados pela coletoria de Rendas Gerais da Vila de Sant`Ana de Paranaíba, em 01 de dezembro de 1876, para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, Lata 1876- A, Arquivo do Estado de Mato Grosso.

Assim, notamos que havia falcatruas que levavam os proprietários de escravos a burlar a Lei do Fundo de Emancipação, que consistia em indenizar o proprietário do escravo emancipado, sendo que os escravos que eram classificados para serem libertos encontravam-se na condição de doentes, incapazes de realizar qualquer trabalho. Aleixo ainda levanta a hipótese de que “os mais saudáveis, capazes de serviços na lavoura, eram excluídos dos benefícios da lei, justificando essa tal atitude porque os proprietários tinham o interesse de manter os escravos mais saudáveis na lavoura” (1984, p.84).

Os estudos da historiadora Aleixo que nortearam as abordagens sobre Sant`Ana de Paranaíba, contribuem com alguns dados coletados nesta Vila que são indispensáveis para entendermos esse momento histórico:

[...] a lista que era apresentada para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, na maioria das vezes era crianças e escravos com a idade superior a 45 anos de idade. Dos 25 escravos apresentados para a emancipação 7 tinham a idade inferior a 12 anos, 10 tinham idade superior a 45 anos. Quanto aos demais, a idade alterava de 36 a 40 anos. Portanto, a maioria dos escravos indicados para a libertação era improdutiva para os seus respectivos proprietários. (1984, p.84).

Essas questões nos levam a pensar nas falhas cometidas pelas medidas legais para impedir que tais fraudes acontecessem, uma vez que por toda a Província de Mato Grosso o interesse maior girava em torno dos proprietários, omitindo assim os interesses dos escravos.

O livro *Como se de ventre livre nascido fosse*, publicado pela Fundação de Cultura Palmares em 1994, nos propicia analisar uma série de documentos, como, por exemplo, as cartas de liberdade, compra e venda de cativos, hipotecas, procurações, notas de Sant`Ana de Paranaíba, entre outras vilas do sul de Mato Grosso, como Corumbá, Miranda, etc.

O documento registrado no livro de notas número 3² no cartório de Santana de Paranaíba assinala que no ano de 1865, o testamento da finada Dona Rosa Pereira Mendes,

² Livro de Notas nº3 – 1862 a 1869

(Trechos do testamento referente a escravos.

Doc: 01

Ano: 1865

Página: 104 -5

Lançamento de hum testamento, de Rosa Pereira Mendes aberto pelo Meretissimo Juis Municipal, como abaixo se declara.

Saibão quantos este virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e secenta e cinco aos dose dias do mês de setembro do dito anno nesta Villa de Sant`Anna do Paranyha, Provincia de Mato Grosso, em meo Cartorio compareceo presente Joaquim Alves Correia, conhecido de mim Tabelião, por ele me foi entregue em vista das testemunhas abaixo assignadas, o Testamento da Finada Dona Rosa Pereira Mendes, com o despacho do Meritissimo Juis Municipal Joaquim de Oliveira Simões, ordenandome que o lançasse em Nottas, cujo Testamento, recebi e passei a copialo e é do theor seguinte = Em nome da Santissima Trindade , este é o meu Testamento, feito e ordenado, em meo estado de perfeito entendimento da maneir seguinte= Declaro que fui casada com Bras Pereira Mendes, de cujo casamento achome viúva, e deste conçorcio nem hum filho resultou, que vivesse. Assim livre e desembaraçada de herdeiros necessários, e sendome como é por lei licito instituir por este ofaço instituindo, como é minha vontade a Francisca filha legítima de Francisco Pereira Mendes Junior minha única e universal herdeira sendo como sou indusida a isto somente pelo amor que tenho a essa menina. Declaro que possuindo livre e desembargados os escravos Antonio e Fausta, é minha vontade deixalos livres do captiveiro como por esta faço da maneira seguinte. Antonio entrará logo depois de minha morte, no goso de plena liberdade, visto estar bastante velho e ter me servido sempre saptisfactoriamente. Fausta só gosará da liberdade depois de minha morte passados dês annos, durante aos quais será obrigada a servir a Joaquim Alves Correia e sua família sem mais vantagens de que as tem como escrava visto que a concidero ainda com falta de necessário decernimento para o bem apreciar o beneficio que lhe faço e

casada com Bras Pereira Mendes, narra que após ter se tornado viúva e não possuir herdeiros, Dona Rosa declarou que os escravos Antonio e Fausta se tornassem livres. Antonio alcançaria sua liberdade após a morte de Dona Rosa Pereira e Fausta só após dez anos de sua morte, momento em que seria obrigada a servir a outra família, a do então Joaquim Alves Correia. (PENTEADO,1994, p.340).

Esse histórico revela que, de tal modo, Garcia Leal conquistava os resultados que desejava quanto a produção de seus trabalhadores escravizados, pois, conforme Hidebrando Campestrini, em seu testamento constava que:

[...] possui além do rio Paranaíba uma fazenda de cultura no porto, a qual deixava de esmola aos seus escravos que as poderão desfrutar na vida dele doador, aqueles que forem ficando forros, e que por morte do último desses cônjuges gozarão todos os outros escravos. (1994, p.119-20)

O exemplo acima é só uma pequena explanação dos documentos encontrados nessa coletânea, em que por meio das leituras das fontes deste período notamos que os escravos se comportavam, em alguns momentos, como receptores de valores senhoriais, quando por motivos de subordinação e repressão não era possível reivindicar seus interesses. Notamos, ainda, que os escravos tinham posicionamento perante seus senhores, e não eram sujeitos isentos de valores, e isso fazia com que, por vezes, ocorresse um jogo de poder, que poderia ser compreendido como uma forma de negociação entre escravo e senhor.

Dessa forma, não podemos deixar de lado o desconforto que nos causa ao perceber nesses documentos a naturalidade com que os senhores viam esses homens e mulheres como forças de trabalho, ou seja, diante da sociedade senhorial o processo de compra e vendas de escravos era visto e vivido como algo natural, sem se quer a compreensão desses homens e mulheres como seres humanos, contidos de sentimento e de uma riquíssima bagagem histórica.

Portanto, num reverso desta interpretação senhorial, como bem salientou Chaloub (1990) ao tratar da violência da escravidão:

A violência da escravidão não transformava os negros em seres ‘incapazes de ação autonômica’, nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valores e indomáveis. Acreditar nisso pode ser apenas a opção mais cômoda: simplesmente desancar a barbárie social de um outro tempo traz implícita a sugestões de que somos menos bárbaros hoje em dia, de que fizemos realmente algum ‘progresso’ dos

eu não desejar que a sociedade amaldiçoe por isto os meos actos, no entanto que deste modo ficará Ella favorecida, e dou ao mesmo Correia huma prova de reconhecimento pelos muitos obsequis que dele tenho recebido. Declaro mais que o que possuo alem de alguns trastes caseiros....

tempos da escravidão até hoje. A idéia de que ‘progredimos’ de cem anos para cá é, no mínimo, angelical e sádica: ela supõe ingenuidade e cegueira diante de tanta injustiça social, e parte também da estranha crença de que sofrimentos humanos intensos podem ser de alguma forma pesados ou medidos. (1990, p.42)

Algumas considerações

Neste texto propomos uma reflexão da escravidão em Sant’Ana de Paranaíba, a fim de evidenciar algumas práticas desses sujeitos no contexto do século XIX. Para tanto, fez-se necessário buscar a escravidão em Cuiabá, no norte de Mato Grosso, a fim de compreender como as relações se estabeleciam por essas terras. Trabalhar a escravidão no sul de Mato Grosso, não nos isentou de pensá-la em outras partes da Província. Nesse sentido como foi possível notar, a presença desses sujeitos configurava a sociedade senhorial, na perspectiva de que a mão-de-obra do negro era indispensável na instalação do sistema colonial e imperial, por todo o Mato Grosso. Eram, desse modo, homens e mulheres escravizados e utilizados em tarefas árduas.

Na contramão desse esquecimento, o historiador dispõe desses fatos e de fontes para estudar esses homens e mulheres que fizeram parte da nossa história, sugerindo, por vezes, caminhos outros que diferiam frontalmente da via institucional. Ao partirmos dessa compreensão, isso nos possibilita a leitura de agentes que escreveram a história do seu tempo e lugar na busca de uma vida melhor, fosse por meio de transformações do mundo em que viviam ou mesmo pela “acomodação” a um modo de vida possível.

O objetivo deste estudo vem sendo o de propiciar, de alguma forma, evidências da atuação desses sujeitos, seja na resistência, seja na acomodação, pois de fato essas relações afluíam os conflitos em torno da escravidão.

Nestas circunstâncias Volpato (1993) salienta essas assimilações de acomodação, de maneira que:

É no estudo do embate ou da acomodação dessas relações do dia-a-dia que é possível encontrar elementos que permitam compreender a experiência da escravidão como situação real vivida por homens e mulheres que conviveram com os seus horrores, assumindo condição de senhores e senhoras de escravos; de feitores; capitães do mato, que aceitaram a violenta.(1993, p.13).

Assim, podemos pensar em diferentes abordagens na construção da História e no processo de transformações sociais que o estudo do cotidiano e modo de vida e do trabalho dos escravos possibilita nas análises em torno das relações entre senhor/escravo, para, quem sabe, desvendar as possíveis interações escravistas ou outrora em conflitos.

Schwartz aponta que na leitura da nova historiografia da escravidão brasileira, pretende-se analisar de que modo ocorria o trabalho desses escravos e quais as relações estabelecidas com o sistema sociocultural em que estavam inseridos, atentando para a percepção de que esses agentes modificavam o espaço, não como sugere a teoria do escravo coisa, objeto, mas sim como agentes de sua história.

Refletindo sobre os escravos em terras sul-mato-grossenses, Moura salienta que, quanto a história da escravidão: “A história de um povo, de uma nação ou mesmo de um pequeno vilarejo pode permanecer esquecida, por ignorância ou ausência de registros oficiais de seus habitantes, mas jamais apagada”. (2008, p.30)

Sharpe, ao discorrer sobre a história vista de baixo, assinala que “(...) explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história.” (1992, p.41), é um dos objetivos do historiador.

A partir das leituras que vimos realizando ao longo deste trabalho, é perceptível compreendermos também o papel que o escravo desempenhou na sociedade brasileira. Quando dizemos sociedade, não se tem a pretensão de nos referir somente aos grandes centros que concentravam a maioria da mão-de-obra desses homens e mulheres, mas a de fazer a referência ao objeto de pesquisa, o escravo em Sant`Ana de Paranaíba, atentando para a necessidade do olhar para uma experiência histórica, por vezes ignorada, principalmente pela historiografia tradicional.

NOTAS

1 Livro de Notas de nº02; ano 1865 – Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba.

2 Tabela retirada da obra e da autora ALEIXO, Lúcia H. G. Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre (1850-1889). Brasília: Alvorada, 1984. Tabela elaborada a partir de dados coligados de Inventários, Livro de Notas Especiais de Escritura de Aquisição de Escravos, Anúncios de Jornais do período citado e Relação dos escravos que foram avaliados pela coletoria de Rendas Gerais da Vila de Sant`Ana de Paranaíba, em 01 de dezembro de 1876, para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, Lata 1876- A, Arquivo do Estado de Mato Grosso.

3 Livro de Notas nº3 – 1862 a 1869 – Cartório do 1º Ofício de Santana do Paranaíba.

Referências

ALEIXO, Lúcia H. G. Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre (1850-1889). Brasília: Alvorada, 1984.

CAMPESTRINI, Santana do Parnaíba. De 1700 a 1994. 2º Ed. Campo Grande: IHGMS, 1994.

CHALOUB, S. **Visões da liberdade** –uma história das últimas décadas da escravidão na core. São Paulo: Companhia de Letras, 1990.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na Ordem Escravocrata**. 4ºed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

MOURA, Z. A. de. **Cativos nas terras dos Pantanais**: escravidão e resistência no sul de Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. Passo Fundo : Universidade de Passo Fundo, 2008.

ROLIM DE MOURA, D. Antônio. (Carta de D. Antônio Rolim de Moura enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado). Correspondências. Cuiabá: Imprensa Univiersitária. NDIHR/UFMT, 1982. p . 122-123).

PENTEADO, (Org.) *Como se de ventre livre nascido fosse..* cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, 1838 a 1888. Campo Grande, MS: Ministério da Cultura/ Fundação Cultural Palmares. 1994.

QUEIROZ, P. R.C, **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. In: LAMOSO, L.(Org). Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008

VOLPATO, L. R. R. **Cativos do sertão** – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Editora Marco Zero, Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

SCHWARTZ. S. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.